

Veículo: A Tarde	Caderno: Salvador & RM
Data: 09/11/2020	Página: A5

A TARDE

QUINTA-FEIRA

Estado assinará contrato de obra da ponte SSA-Itaparica

DA REDAÇÃO

O governo estadual divulgou ontem que o contrato definitivo da obra de construção da ponte Salvador-Itaparica será assinado na próxima quinta-feira com o consórcio chinês que irá realizar a obra.

O consórcio é formado pelas estatais chinesas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). A data inicial de assinatura seria no início do ano, mas foi adiada por conta da pandemia de Covid-19.

Com o documento assinado, as empresas terão um ano para elaborar o projeto e outros quatro para executar o equipamento, que terá 12,4 km, com acessos em Salvador, por túneis e viadutos, e em Vera Cruz, com ligação à BA-001.

Também deverá ser realizada uma nova rodovia expressa e a interligação com a Ponte do Funil, que será revitalizada. A concessão do projeto executado por meio de uma parceria público-privada (PPP) será de 35 anos. O concessionário terá

prazo de cinco anos para a realização de estudos e construção do sistema viário, os demais 30 anos serão de gestão e administração.

O investimento será de R\$ 5,4 bilhões e o aporte do Estado, R\$ 1,5 bilhão. Segundo o comunicado do governo, a assinatura será o "passo definitivo no processo de construção da ponte".

A TARDE

Testagem para Covid-19 nas escolas tem pouca procura

MARIA PAULA MARQUES

Pouca gente tem buscado a testagem para Covid-19 nas unidades de ensino da rede estadual de Salvador, embora isso seja oferecido gratuitamente, desde setembro.

As comunidades escolares têm sido chamadas para fazer os testes, que já foram feitos em escolas da Liberdade e região, no subúrbio ferroviário, Cajazeiras e adjacências. Anteriormente, foram aplicados os testes nos municípios de Itajuípe, Itabuna, Ilhéus, Ipiaú, Uru-

çuca e Jequié. Mas, segundo a Secretaria Estadual de Educação, na capital baiana, a procura tem sido pequena.

O titular da pasta, Jerônimo Rodrigues, fez um apelo para que estudantes, professores e funcionários compareçam em maior número à testagem, disponível agora nas unidades da Cidade Baixa.

"No interior do estado, tivemos uma participação mais efetiva, com 99% de professores e servidores e 80% de estudantes. Em Salvador, esse quadro modifica e o número cai", compara.

"Tivemos em outros municípios até 25% de positivos. Aqui, nas quatro áreas em que fizemos os testes, a taxa tem estado entre 5% e 6%", exemplifica o gestor. Jerônimo antecipa que o governo deve prorrogar a aplicação, que estava prevista para finalizar no próximo dia 15.

A professora Cláudia Alves, que leciona no Colégio Estadual Kleber Pacheco, em Pernambuco, acredita que o escasso comparecimento aos testes se deve a uma descrença da população quanto à gravidade da doença. "Isso



Relipe Iruatã / Ag. A TARDE

Testes estão disponíveis agora nas unidades da Cidade Baixa

se mostra nas aglomerações dos finais de semana com as inúmeras festas de paredes", avalia. A região onde ensina ainda não foi incluída no cronograma de exames.

A docente classifica a amostragem como imprescindível para que se tenha uma visão mais realista do quadro de risco. "A rede tem uma estrutura precária na maioria das escolas. Isso dificultaria os cuidados com a higiene, o que, no passado, já era algo difícil por falta de sabão para as mãos, por exemplo", queixa-se.

Veículo: Correio 24h	Online
Data: 09/11/2020	Caderno: Notícias



Ponte Salvador- Itaparica: contrato será assinado dia 12

TRANSPORTE A assinatura do contrato definitivo da obra para a construção da Ponte Salvador-Itaparica será assinado no dia 12 pelo Governo do Estado e o consórcio chinês que irá realizar a obra, formado pelas estatais chinesas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20).

A data inicial de assinatura era no início do ano, mas foi prorrogada por conta da pandemia de covid-19. Com o documento assinado, as empresas terão um ano para elaborar o projeto e outros quatro para executar o equipamento. De acordo com as previsões, a ponte terá uma extensão de 12,4 quilômetros, com acessos em Salvador, por túneis e viadutos, e em Vera Cruz, com a ligação à BA-001. Também deverá ser realizada uma nova rodovia expressa e a interligação com a Ponte do Funil, que será revitalizada.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● A desoneração vai ajudar a manter algo em torno de 6 milhões de postos de trabalho, protegendo e projetando nossa economia para um aquecimento na retomada
João Roma

Deputado federal pelo Republicanos da Bahia, ao comemorar a derrubada do veto à desoneração da folha para 17 setores

Na ponta do lápis

A última pesquisa do Instituto Paraná sobre a corrida pela prefeitura de Salvador confirmou a tendência verificada pelas mais recentes sondagens, que apontaram vitória do candidato do DEM, Bruno Reis, já no próximo domingo. De acordo com o levantamento, divulgado na última sexta pelo site Bahia Notícias, o democrata será eleito no primeiro turno, com 56,9%. Considerando a margem de erro de 3,5 pontos percentuais para mais ou para menos, Bruno Reis tem entre 53,4% e 60,4% da preferência do eleitorado na capital - números bem próximos do que apontaram as pesquisas anteriores, do Ibope e da Real Time Big Data, que também indicaram a eleição do democrata no primeiro turno.

SEGUNDA VIA

Os resultados publicados pelo Instituto Paraná também atestam a consolidação da Major Denice (PT) em segundo, com 13,5%, e seu distanciamento para a terceira colocada, Oívia Santana (PCdoB), que foi citada por 5,1%, praticamente empatada com Pastor Sargento Isidório (Avante), escolhido por 5%.

Encontro de contas

A julgar pelos percentuais verificados nas pesquisas feitas desde o fim de outubro na capital, a alta probabilidade de que Bruno Reis vença no dia 15 deverá ser reafirmada ainda pelas três sondagens previstas para serem divulgadas nesta semana. Duas delas foram registradas pela Real Time Big Data, com publicação prevista na quinta e sexta-feira que vêm. A primeira, com 850 eleitores; a segunda, com 1.050. Já a do Ibope, em parceria com a TV Bahia, tem divulgação estimada para sábado, véspera da votação, com 805 eleitores.

Cautela e canja

Apesar dos sinais favoráveis, verificados simultaneamente por levantamentos de consumo interno, a ordem no comando do DEM é evitar o clima de já ganhou. Nas conversas com líderes políticos aliados a Bruno Reis, coordenadores da campanha do democrata lembram com frequência a velha máxima do futebol: jogo só termina quando acaba.

Redução de danos

No bloco petista, a determinação é centrar esforços na reta final para tentar chegar aos 20% dos votos em Major Denice e evitar um fiasco maior.

Lenta e gradual

Balanco atualizado da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA), referente a outubro, mostra uma ligeira retomada do segmento hoteleiro na capital. Nos 17 grandes empreendimentos da cidade associados à FeBHA e que reabriram as portas, a média de ocupação está em 40,12%. Ainda este mês, é esperado o retorno do Wish (antigo Hotel da Bahia). Em dezembro, Marazul, Portobello e Conect Smart devem retornar às operações.

Clube dos cinco

Da lista, o hotel que teve o melhor desempenho mês passado foi o Intercity, na Tancredo Neves, com taxa de 64%. Em seguida, estão dois da Barra, Monte Pascoal e Grande Hotel, respectivamente, com 60% e 56%, mesmo índice do Ibis Hangar, na Paralela. Grand Hotel Stella Maris fecha o top 5, com 54%.

CURSO DE
**GESTÃO DE
NEGÓCIOS EM
ECONOMIA
CRIATIVA - EAD**

Venha aprender tudo que
você precisa saber para
gerir e ter sucesso com
seu negócio criativo.

Informações e inscrições:
09 a 23/11
www.institutoacm.com.br

GRATUITO



Apoio:



Realização:



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 09/11/2020	Página: 07

Tribuna

Contrato para obras da ponte será assinado dia 12

Sonho de milhares de baianos, a construção da Ponte Salvador-Itaparica está cada vez mais próxima. O contrato definitivo da obra será assinado no dia 12 de novembro pelo Governo do Estado e o consórcio chinês que irá realizar a obra, formado pelas estatais chinesas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). A data inicial de assinatura era no início do ano, mas foi prorrogada por conta da pandemia de Covid-19. Com o documento assinado, as empresas terão um ano para elaborar o projeto e outros quatro para executar o equipamento.

A ponte terá uma extensão de 12,4 quilômetros,

com acessos em Salvador, por túneis e viadutos, e em Vera Cruz, com a ligação à BA-001. Também deverá ser realizada uma nova rodovia expressa e a interligação com a Ponte do Funil, que será revitalizada. A concessão do projeto executado por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) será de 35 anos.

O concessionário terá prazo de cinco anos para a realização de estudos e construção do sistema viário, os demais 30 anos serão de gestão e administração do sistema. O investimento será de R\$ 5,4 bilhões e o aporte do Estado será de R\$ 1,5 bilhão.

O projeto irá melhorar a mobilidade entre a capital, a região metropolitana e o sul do estado. A estimativa é que 24 municípios sejam be-

neficiados com o encurtamento da distância e redução do tempo de viagem em mais de 40%, por não mais ser necessário realizar o contorno de 100 quilômetros pela BR-101 para acessar a capital baiana. Outros 52 municípios devem ter a distância reduzida entre 20% e 40% da atual. A estimativa é que sejam gerados sete mil empregos durante a construção do equipamento e cerca de 100 mil postos de trabalho em 30 anos.

LICITAÇÃO

A assinatura representa um passo definitivo no processo de construção da ponte, conseguinte ao leilão que foi vencido pelas empresas que integram o consórcio responsável pela PPP no dia 13 de dezembro de 2019. De acordo com a Procuradoria

Geral do Estado (PGE), a homologação da licitação representa a perda de objeto de uma medida cautelar, iniciada em dezembro do mesmo ano, por auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que tentava suspender o andamento do processo de continuidade da obra. A medida questionava o orçamento geral da ponte e a quantidade de material necessário para construção do equipamento.

Ainda segundo a PGE, o órgão discorda da argumentação apresentada pelos auditores, pois, conforme determina a legislação, a análise das parcerias público-privadas deve ser diferente da análise das contratações tradicionais de obras públicas, privilegiando-se, neste caso, o valor global da contratação.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 07 e 08/11/2020	Página: 02

Tribuna

Ordem de serviço

Na segunda-feira (9), às 8h30, o governador Rui Costa vai assinar, em Águas Claras, a ordem de serviço para construção do novo Terminal Rodoviário de Salvador. A nova Rodoviária de Salvador ficará localizada no bairro de Águas Claras, às margens da BR-324. Sua construção contará com investimentos estimados em R\$ 120 milhões. O prazo previsto de construção é de dois anos. Em uma área de 200.000m², a rodoviária será mais moderna e integrada ao sistema de transporte da capital baiana, além disso se ligará à estação do Metrô de Águas Claras, com o terminal de transporte de ônibus metropolitano e urbano e, futuramente, com o corredor de BRT, na Avenida 29 de Março. Em comparação à atual rodoviária, a parte do terminal triplicará de tamanho de 22.000m² para 70.000m².

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/11/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 06 de Novembro de 2020 - 15:00

Leão contesta TCE e diz que R\$ 241 milhões na Ponte Salvador-Itaparica 'não é sobrepreço'

por Bruno Luiz



João Leão, vice-governador do estado | Foto: Elói Corrêa/ GOVBA

Espécie de embaixador da Ponte Salvador-Itaparica, o vice-governador João Leão (PP) contestou nesta sexta-feira (6) a auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que apontou sobrepreço de R\$ 241,4 milhões no orçamento da obra.

O Bahia Notícias revelou em matéria nesta sexta que técnicos do órgão concluíram que os valores para construção do equipamento são "excessivos frente ao mercado" e pediram que a licitação da ponte fosse suspensa ([veja aqui](#)). A solicitação, no entanto, está nas mãos do conselheiro João Bonfim há 11 meses, e ele nunca proferiu decisão sobre o caso, contrariando prazos estabelecidos por resolução do próprio TCE. A assinatura do contrato de concessão da obra está marcada para 12 de novembro.

Para Leão, o valor de R\$ 241,4 milhões não pode ser considerado irregular. "Em uma PPP [Parceria Público-Privada] de R\$ 5,3 bilhões, um sujeito encontrar sobrepreço de R\$ 241 milhões, pô, isso não é sobrepreço. Já sentamos com o tribunal várias vezes e demonstramos isso", defendeu o também secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, em entrevista ao BN.

O vice-governador sustentou também que os auditores do TCE não têm "condições técnicas" de analisar o orçamento da ponte, já que não há empreendimentos do tipo o suficiente no Brasil para fazer um comparativo.

"O único parâmetro que nós temos de uma ponte equivalente a essa no Brasil era a ponte Rio-Niterói. Se torna difícil fazer comparativo com qualquer outro tipo de ponte. Se o TCE reajustar os valores da Ponte Rio-Niterói para fazer um comparativo nas pontes desses valores que foram projetados aqui na nossa PPP, os da Ponte Rio Niterói estariam bem maiores", argumentou.

Segundo o secretário, a ponte tem custo elevado por causa das suas proporções e das intervenções necessárias para erguê-la. Ele exemplificou que, no caso da Salvador-Itaparica, é necessário fazer fundação de 60 metros de profundidade. Já em outras construídas pelo governo, como em Ilhéus e no Rio São Francisco, a profundidade não chega a 10 m.

“FALTA DE BAIANIDADE”

Questionado sobre uma possível suspensão da licitação, Leão demonstrou segurança de que isso não vai ocorrer. Caso aconteça, avaliou que a Justiça não daria decisão do TCE.

“Isso não existe. Não vai voltar nada do zero. O governador marcou a data do dia 12 para assinar. Eu não acredito que um desembargador, juiz vai dar uma liminar nisso. Isso é uma falta de baianidade”, reclamou.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/11/2020	Caderno: Notícias



Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

CONTRATO PARA A CONSTRUÇÃO DA PONTE SALVADOR/ITAPARICA SERÁ ASSINADO NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA



9 Novembro, 2020

Será assinado na próxima quinta-feira (12) o contrato definitivo para a construção da Ponte Salvador-Itaparica. O governo do Estado assinará o contrato com o consórcio chinês formado pelas estatais chinesas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). Com o documento assinado, as empresas terão um ano para elaborar o projeto e outros quatro para executar o equipamento.

O leilão para a construção da ponte foi vencido pelas empresas que integram o consórcio responsável pela PPP no dia 13 de dezembro de 2019 e é objeto de uma medida cautelar, iniciada em dezembro do mesmo ano, por auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE). No entanto, segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a homologação da licitação representa a perda de objeto da medida cautelar que tentava suspender o andamento da obra. A medida questionava o orçamento geral da ponte e a quantidade de material necessário para construção do equipamento. Segundo a PGE, a cautelar não teria sentido, pois a análise das parcerias público-privadas é diferente da análise das contratações tradicionais de obras públicas, privilegiando-se, neste caso, o valor global da contratação.

A ponte terá uma extensão de 12,4 quilômetros, com acessos em Salvador, por túneis e viadutos, e em Vera Cruz, com a ligação à BA-001. Também deverá ser realizada uma nova rodovia expressa e a interligação com a Ponte do Funil, que, não será mais duplicada, mas será revitalizada. A concessão do projeto executado por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) será de 35 anos. O concessionário terá prazo de cinco anos para a realização de estudos e construção do sistema viário, os demais 30 anos serão de gestão e administração do sistema. O investimento será de R\$ 5,4 bilhões e o aporte do Estado será de R\$ 1,5 bilhão.

Veículo: bahia.ba	
Data: 09/11/2020	Caderno: Economia



COVID-19

Publicado em 09/11/2020 às 08h50.

Desembolsos do governo federal com a pandemia praticamente pararam

Ministério da Saúde autorizou montante de R\$ 43,7 bilhões no auge da crise, mas só repassou R\$ 37 bilhões



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Com diversos estados temendo uma possível segunda onda do novo coronavírus, os desembolsos do governo federal com a pandemia praticamente pararam.

De setembro até este mês de novembro, o nível de gastos permanece igual. Dos R\$ 43,7 bilhões que o Ministério da Saúde autorizou durante o auge da crise, foram repassados R\$ 37 bilhões.

O maior risco é que os R\$ 6 bilhões restantes não sejam gastos, conforme analisa o economista Francisco Funcia, da comissão de orçamento e financiamento do CNS (Conselho Nacional de Saúde), que fiscaliza a execução orçamentária.

“Parece até que a pandemia acabou. Eles não podem ser transferidos para o orçamento de 2021”, diz. “Se não forem empenhados, serão perdidos”, disse.

Mesmo compras ou despesas que sejam planejadas ainda neste ano não poderão ser pagas com os R\$ 6 bilhões. É que o decreto de calamidade pública da Covid-19, que abriu o crédito para os gastos extraordinários, só vale até 31 de dezembro deste ano. As informações são da coluna Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo.

Brasil deve deixar em 2020 de ser uma das dez maiores economias do mundo

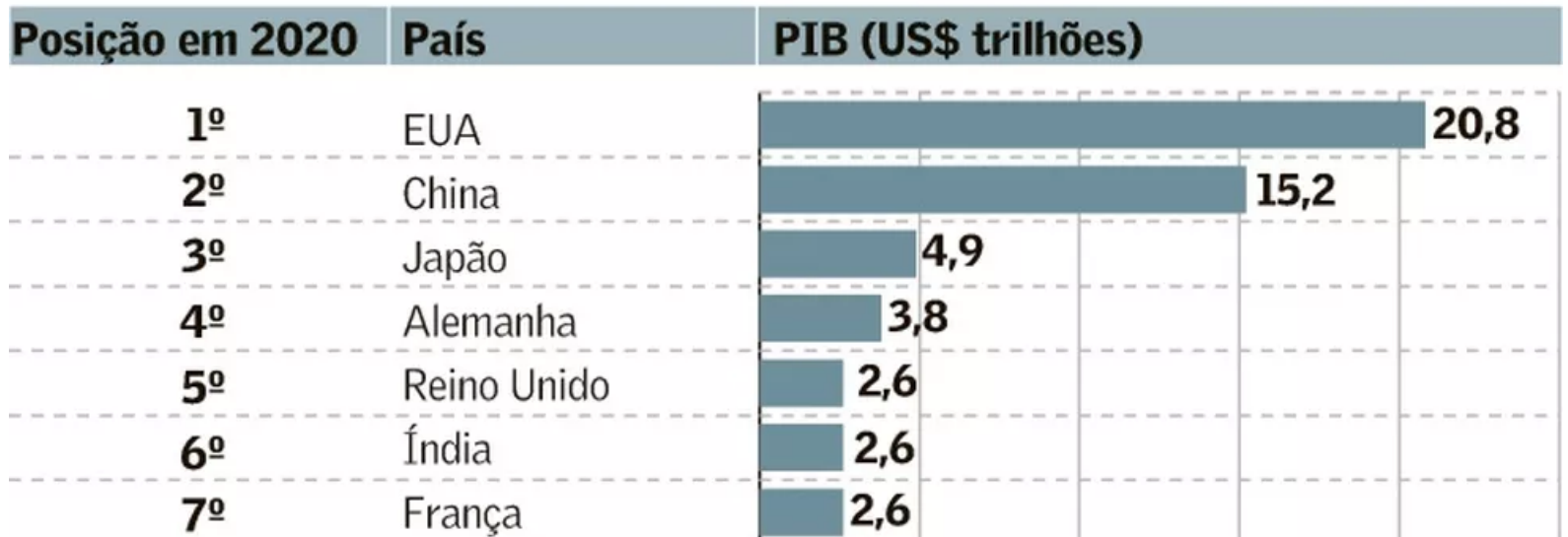
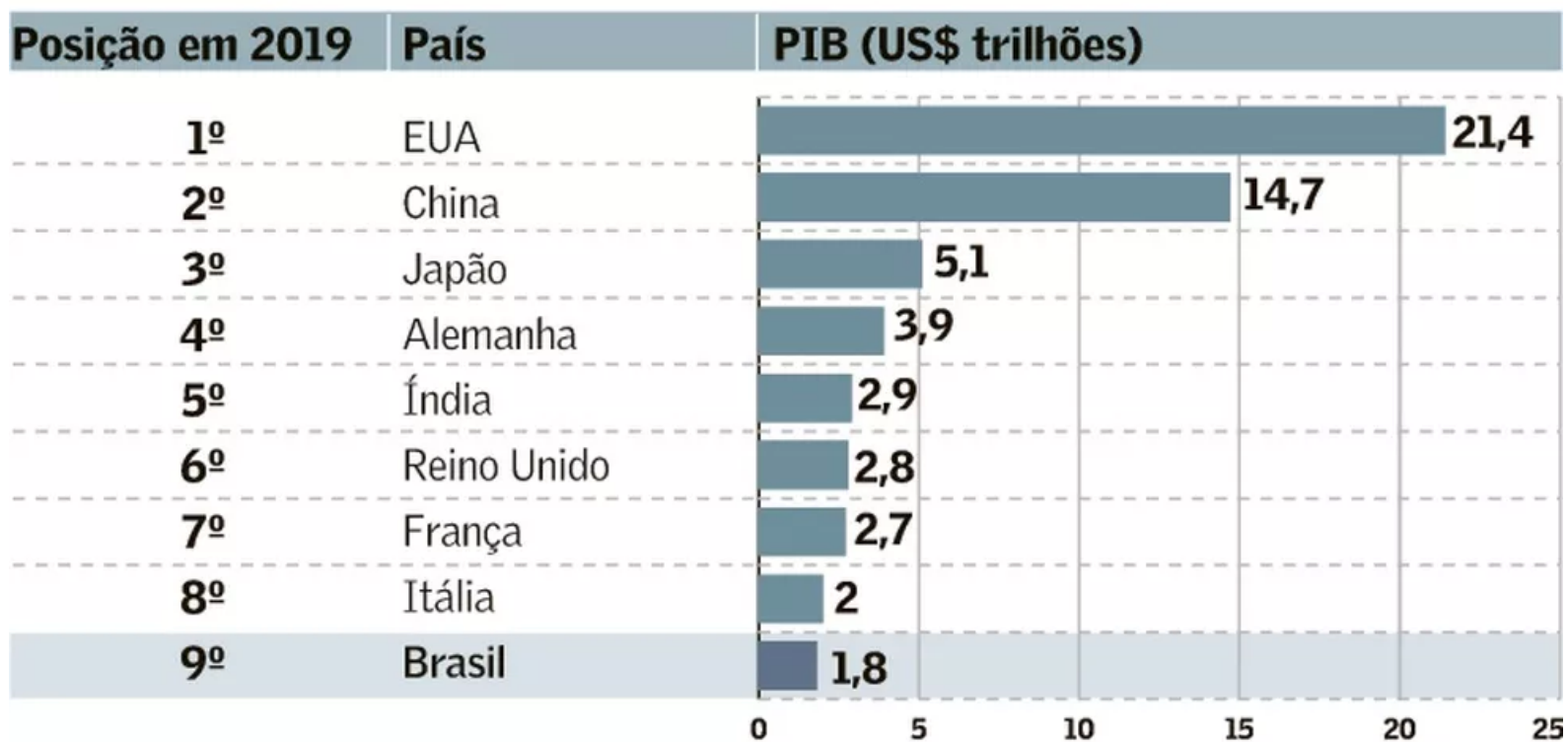
Com desvalorização do ranking, país deve ser ultrapassado por Coreia do Sul, Canadá e Rússia e cair para o 12º lugar

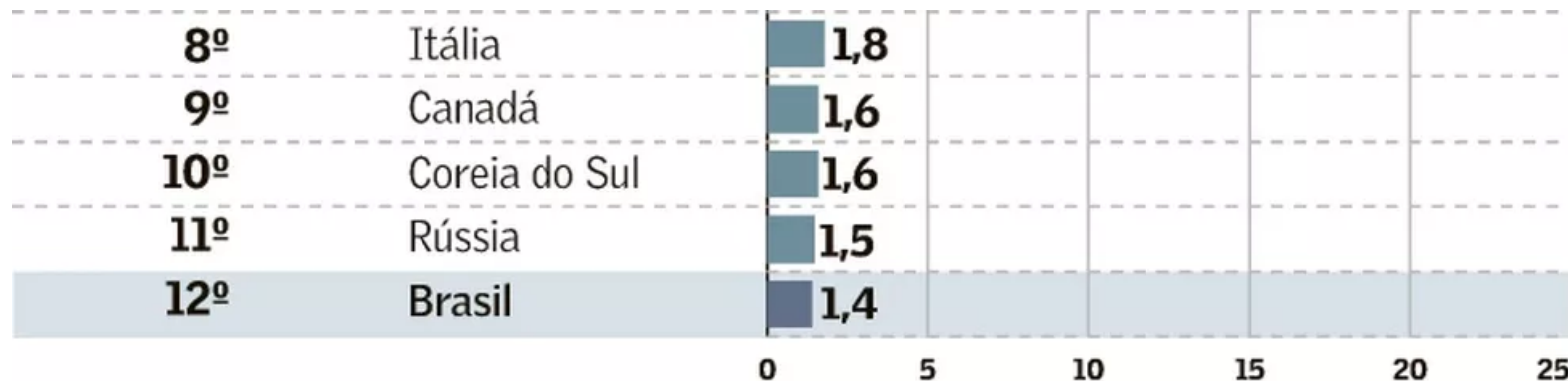
Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

09/11/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Maiores economias do mundo

PIB brasileiro em dólares deve perder 3 posições no ranking





Fonte: FGV, com dados do FMI

Com a desvalorização do real e a redução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o tamanho da economia do país em dólares vai sofrer forte queda neste ano e sair do seletor grupo das dez maiores do planeta, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) compilados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Pelas projeções do Fundo, o PIB brasileiro deve recuar 28,3% neste ano em relação a 2019, quando convertido para a moeda americana: de US\$ 1,8 trilhão para US\$ 1,4 trilhão. O país deve perder, assim, três posições no ranking das maiores economias do mundo, de nona para a 12ª posição, ultrapassado por Canadá, Coreia do Sul e Rússia.

Marcel Balassiano, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, lembra que a pandemia vai afetar a economia do Brasil e de diversos países em moedas locais. No caso brasileiro, o FMI projeta retração do PIB em 5,8% em 2020, frente ao ano passado.

“As medidas de distanciamento social provocaram ‘desligamento’ nas economias. Muitos países adotaram medidas de estímulo, como o auxílio emergencial no Brasil, evitando quedas maiores”, disse Balassiano. “Agora, os países estão em processo de reabertura, mas a recuperação plena depende do fim da pandemia.”

Mas muito da mudança de posição do Brasil no ranking decorre da depreciação cambial, e não apenas da queda da atividade econômica, explica o pesquisador. Durante a pandemia, o real foi uma das moedas que mais se desvalorizaram no mundo. O dólar médio de 2020 está em R\$ 5,28, 30% acima da média do ano passado.

Balassiano lembra, porém, que essa desvalorização da moeda não foi obra do acaso. Ela diz muito sobre a percepção de risco em relação ao país.

“É importante frisar que a desvalorização do real ao longo do ano e o aumento do risco são reflexos dos problemas brasileiros, principalmente do lado fiscal. Bolsa, câmbio, juros futuros. Todas essas variáveis mostram as incertezas e o risco embutido no Brasil”, acrescentou o pesquisador do Ibre/FGV.

Em tempos de real valorizado, o país chegou a ocupar a sétima posição no ranking mundial, atrás de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido e França. Foi assim em 2011, quando a moeda americana valia menos de R\$ 2.

Claudio Considera, pesquisador do Ibre/FGV e ex-chefe de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pondera que a oscilação do câmbio produz efeitos artificiais sobre o PIB.

Ele lembra que o consumo das famílias e dos governos são feitos em moedas locais. Por isso, prefere suavizar os efeitos do câmbio para construir o ranking.

Dessa forma, o estudo também construiu um ranking de países pelo critério de paridade do poder de compra (PPC). Esse método de cálculo busca medir quanto um país pode comprar em bens e serviços com sua moeda, facilitando comparações internacionais.

Levando em conta a paridade do poder de compra, o Brasil ocupou no começo desta década a sétima posição no ranking de maiores economias do mundo, status que sustentou posição até 2016. No ano seguinte, em 2017, o país escorregou para a oitava posição e, em 2019, ocupava o décimo lugar entre as grandes economias do planeta.

Pelas projeções do FMI em PPC, o PIB brasileiro também ficará menor, mas vai escalar o ranking para a oitava posição neste ano.

O critério de paridade de poder de compra é menos frequentemente usado. Por ele, a China já é a maior economia do mundo, com um PIB de US\$ 23,4 trilhões em 2019, superando os Estados Unidos, com um PIB de US\$ 21,4 trilhões.

“Mesmo com essa ‘melhora’, o PIB brasileiro também vai encolher em 2020”, argumenta Considera, autor do levantamento do ranking dos países ao lado de Marcel Balassiano.

Disparada do IGP-M eleva custo da dívida pública

Gasto ligado ao indicador dobra e vai a R\$ 20 bilhões

Por Fabio Graner — De Brasília

09/11/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Sergio Goldenstein: investidores cobram prêmio maior para comprar papéis oficiais — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Além do estrago que tem feito nos aluguéis, a disparada do IGP-M está impondo um custo maior na dívida pública. De janeiro a setembro deste ano, o gasto com encargos (juro e correção pela inflação) na parcela do endividamento bruto atrelado ao IGP-M dobrou em relação a igual período do ano passado, atingindo a marca de R\$ 20 bilhões. O volume já supera o registrado em todo ano passado.

O governo não emite mais a NTN-C (título em mercado atrelado ao IGP-M) desde 2006. Mas ainda faz algumas emissões diretas atreladas a esse índice no âmbito do Fies (financiamento estudantil). De qualquer forma, a parcela dos papéis ligados ao IGP-M na dívida bruta é pequena: 1,7%. Em setembro, só o estoque de NTN-C na dívida interna era de R\$ 99 bilhões, com a maior parte (R\$ 59 bilhões) vencendo só em 2031, e o restante, no ano que vem.

Apesar de o IGP ser pouco representativo no total da dívida, o movimento de alta nos encargos chama a atenção. Esse indicador de inflação acumulou alta de 14,4% no ano até setembro. Ele tem muita influência da taxa de câmbio, que teve forte desvalorização neste ano, e reflete melhor os preços no atacado, antes de eles chegarem ao consumidor final.

Procurado, o Tesouro destacou que em “termos reais”, ou seja, descontando a inflação, os encargos desses títulos foram menores neste ano do que em 2019.

Apesar da disparada do IGP-M, os encargos da dívida atrelada à inflação de forma geral cresceram pouco neste ano. Isso se deve ao fato de que a maior parte dela está vinculada ao IPCA, que no acumulado do ano até setembro estava ainda bem comportado, com alta de apenas 1,34%. Esses papéis vinculados à inflação ao consumidor tiveram recuo em seus encargos de quase R\$ 9 bilhões, de janeiro a setembro, totalizando R\$ 62,9 bilhões no período.

Mas nos últimos três meses (julho, agosto e setembro) essa conta ficou mais salgada do que em iguais meses do ano passado, já refletindo as surpresas negativas do IPCA. Só nesse período, o gasto com juro na dívida atrelada ao índice oficial de inflação foi R\$ 6,4 bilhões maior.

O analista independente da Omninvest e ex-chefe do departamento de mercado aberto do Banco Central, Sergio Goldenstein, aponta que o repique inflacionário tem, além do aumento nos encargos decorrentes da indexação, outro impacto negativo na dívida. Isso ocorre porque, com as altas de preços acima do esperado, os investidores cobram mais prêmios para adquirir títulos públicos.

Para ele, esse efeito ajuda explicar a maior “inclinação da curva de juros”, jargão econômico para explicar taxas mais elevadas nos diferentes prazos de vencimentos dos títulos. “O fato de a inflação ter subido afeta a inclinação porque, à medida que a inflação surpreende para cima, espera-se ajuste na política monetária no futuro”, disse, avaliando que o juro básico no Brasil está abaixo do que deveria.

Para ele, contudo, o principal motivo para as taxas mais elevadas nos títulos de médio e longo prazos é a incerteza fiscal. “Um juro real cada vez mais negativo não é condizente com situação fiscal do país”, afirmou o economista.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, disse que o custo maior da dívida na parcela atrelada ao IGP-M reflete a conjuntura macroeconômica negativa, com muita instabilidade. “A gente está deixando a inflação acelerar, por causa da taxa de câmbio. É uma situação que preocupa, pois aumenta o custo da dívida nessa parcela, ainda que o custo total da dívida em uma trajetória mais longa esteja caindo.”

Ele também chamou a atenção para a questão fiscal como elemento necessário para reduzir o custo de novas emissões de dívida. Segundo ele, é preciso avançar na construção do Orçamento de 2021, ainda incerto, com medidas para “apagar o incêndio” e viabilizar o teto de gastos para o próximo ano. “É preciso dar uma sinalização de médio prazo, está faltando saber qual o horizonte de sustentabilidade da dívida e quais instrumentos serão usados para isso.”

Além do impacto na dívida, a alta recente da inflação promete fazer outro estrago para o governo. Com as recorrentes surpresas negativas, os preços mais altos devem levar também a uma elevação na despesa primária obrigatória mais relevante: a Previdência. Isso porque o INPC (índice de preços ao consumidor que referencia esses benefícios) estimado no projeto de Orçamento enviado em agosto será revisto para cima em pelo menos um ponto percentual - hoje está previsto em 2,4% para 2020.

Nas contas do economista Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica e pesquisador do Ibre/FGV, essa revisão pode significar cerca de R\$ 12 bilhões a mais de despesas. Além de significar mais aumento na dívida, isso será um dificultador para a gestão pública, já que com o teto de gastos outras despesas precisarão ser cortadas na mesma magnitude para que o limite constitucional não seja estourado.

Pressões no curto prazo não indicam descontrole da inflação

Altas de preços estão mais disseminadas, mas não se espera que o IPCA supere a meta perseguida pelo BC

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

09/11/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro, que subiu 0,86%, confirmou pressões mais disseminadas no curto prazo além do grupo de alimentos. Também há sinais de alerta com a alta de preços no atacado, que devem chegar aos consumidores nos próximos meses. Ainda que parte do mercado veja a inflação perto da meta de 3,75% em 2021, a ociosidade da economia deve manter controlada a trajetória dos preços desde que o risco fiscal seja contido.

Após deflação em abril e maio e leituras fracas até agosto, o IPCA voltou a acelerar em setembro e outubro, refletindo choques simultâneos de demanda e oferta. Isso porque consumidores voltaram às compras com a reabertura de parte dos serviços e a ajuda do auxílio emergencial. O grupo alimentação no domicílio subiu 2,6% em outubro, um número alto, mas abaixo dos 2,9% do IPCA de setembro. Em 12 meses, a inflação de alimentos em casa foi de 15,4% para 18,4%.

No setor produtivo, executivos de diferentes setores relatam com frequência a escassez de produtos devido aos gargalos introduzidos pela pandemia, observa a Guide Investimentos, para quem as pressões inflacionárias serão sentidas até o primeiro trimestre do ano que vem. Em 12 meses, o IPCA acelerou de 3,14% para 3,92% em outubro, perto da meta perseguida pelo Banco Central (BC) neste ano, de 4%.

Nesse contexto, a Guide destaca que os bens industriais aceleraram para 1,02% em outubro, de 0,59% em setembro, também em razão da desvalorização do real. No acumulado em 12 meses, a inflação de produtos industriais no IPCA subiu de 0,80% até agosto para 1,9% até outubro. Já os preços dos serviços também subiram, de 0,17% para 0,55%. O índice de difusão, que mostra o percentual de itens em alta, passou de 63,4% em setembro para 68,2% em outubro, acima da média histórica de 61,3%, segundo a MCM Consultores Associados.

Em novembro, porém, já é esperada alguma descompressão do IPCA, com alta estimada em torno de 0,4% por algumas casas.

Após o IPCA de outubro, o economista Fabio Romão, da LCA Consultores, ajustou a projeção de inflação em 2020 de 3,1% para 3,2%, por causa da elevação de expectativas sobre os preços de despesas pessoais, artigos de residência e vestuário. Para 2021, a consultoria manteve projeção de alta de 3,6%. Apesar da visão recente mais altista para os preços, a LCA reconhece que o fim do auxílio emergencial, que diminui a massa de rendimentos, e a recuperação gradual do mercado de trabalho, sobretudo no setor de serviços, contribuirão para mitigar reajustes. Por isso, a inflação de 2021 ainda deverá ficar abaixo do centro da meta para o período, de 3,75%.

A inflação maior entre 2020 e 2021 é explicada por uma aceleração dos serviços, com relaxamento das restrições de circulação, e dos preços monitorados, diz a LCA. O grupo de alimentação e bebidas, uma das fontes recentes de pressão, deve só desacelerar o ritmo de alta, ainda sem observar queda. “Não esperamos devolução dos preços agropecuários no atacado em seu conjunto, mas sim moderação em 2021, já que poderemos ter pressões via o fenômeno climático La Niña e pela demanda firme global ligada à superação (ainda que gradual) da pandemia.”

Também na sexta-feira, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que acelerou de 3,3% em setembro para 3,68% em outubro, com peso das matérias-primas brutas, o que sugere contágio para as cadeias de produção. Em 12 meses, o IGP-DI acumula alta de 22,12%, a maior nessa base de comparação desde os 24,14% de julho de 2003. As matérias-primas brutas subiram 64,08% nos 12 meses até outubro.

“O atacado ainda está pressionado, então ainda vamos ter leituras fortes do varejo adiante até o fim do ano, com alimentos e, principalmente, bens industriais” diz Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco. A instituição prevê o IPCA em 3,3% em 2020, mas não descarta um avanço levemente mais forte a depender das duas próximas leituras.

De todo modo, a aceleração da inflação no segundo semestre e com provável arrasto para 2021 não deve exigir ação do BC na taxa de juros. “Vejo ociosidade muito grande na economia, seja mensurada pelo hiato do produto ou pelo desemprego”, afirma Éttore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

A deterioração do quadro fiscal é, hoje, o que poderia tornar mais duradouras as pressões inflacionárias de curto prazo, diz Alberto Ramos, diretor do departamento de pesquisa econômica para a América Latina do Goldman Sachs. “O não atendimento das preocupações com a sustentabilidade fiscal de médio prazo pode gerar pressões sobre a conta de capital, desancorar a moeda e as expectativas de inflação e, por meio desses canais, contribuir para deteriorar o que até agora tem sido um cenário de inflação bastante benigno.”

Brasil deve ter 'ressaca' da massa de renda em 2021

Em 2021, está previsto o fim do auxílio emergencial, que teve impacto expressivo para sustentar o rendimento em 2020

Por Ana Conceição — De São Paulo

09/11/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Em 2021, terminados os pagamentos do auxílio emergencial e do BEm, programa de estímulo à manutenção do emprego, o país deve experimentar uma “ressaca” da massa de renda. Junto com outros fatores, como as incertezas quanto ao equilíbrio fiscal, isso tende a frear uma retomada mais forte da economia. Uma “hipótese em investigação” no governo aponta que os brasileiros expulsos do mercado de trabalho poderiam seguir em 2021 sem o auxílio emergencial, cujo fim não prejudicaria a retomada da economia, segundo apurou o **Valor** na semana passada. Com o relaxamento maior do isolamento, essas pessoas poderiam voltar ao mercado e encontrar uma ocupação. Essa hipótese leva em conta que a renda média efetiva do brasileiro estaria se aproximando da renda habitual, segundo o governo, que cita dados da Pnad Contínua.

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base nos microdados de outra pesquisa do IBGE, a Pnad Covid, mostra que, de fato, em agosto, a renda média efetiva foi equivalente a 89,4% da renda habitual, parcela 2,3 pontos percentuais maior que em julho. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 76,7% do que habitualmente recebiam (contra 72% em julho) e os do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 86,1% do habitual. Trabalhadores do setor privado com carteira e funcionários públicos, por sua vez, receberam efetivamente em média 95% do habitual.

Economistas, contudo, afirmam que a renda média não é o melhor indicador para avaliar a necessidade ou não de continuar com o auxílio e seu eventual impacto na atividade. Esse papel é da massa de rendimentos, aquela que deve ter uma ressaca em 2021. “A Pnad só pergunta a renda de quem está ocupado. E 10 milhões de pessoas perderam o emprego na pandemia, estão com zero renda e não entram nesse cálculo da diferença de renda efetiva e habitual”, observa Daniel Duque, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). A volta do emprego, diz, não será rápida o suficiente para absorver toda a mão de obra que deve voltar ao mercado ao fim do auxílio e das medidas de isolamento.

Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria, acrescenta que análises que levem em conta a renda média são problemáticas, em especial nos momentos de crise. “No caso da pandemia, a renda habitual e a efetiva têm crescido por causa de um caráter regressivo, ou seja, a queda das ocupações foi maior entre os informais, que têm salário menor, elevando o rendimento médio. É complicado fazer comparações por causa desse efeito composição.”

O dado que realmente retrata melhor a situação do mercado de trabalho, afirma Assis, é a massa de rendimentos. Mas para efeito de continuidade do auxílio emergencial deve ser levado em consideração que existe todo um contingente de pessoas que simplesmente não tem trabalho nem renda. “Com o fim do auxílio, vai haver um efeito ressaca da renda, ou seja, uma forte queda da massa de renda total. Isso especialmente nas regiões e parcelas da população mais pobres.”

Segundo estimativa da Tendências, depois de crescer 4,5% em 2020, a massa de renda ampliada deve cair 4,3% em 2021. No Norte e no Nordeste, a queda vai ser muito maior, de 10,8% e 12,3%, respectivamente. Nessas regiões, o desemprego é maior e há mais dependência do auxílio. A massa de renda ampliada considera trabalho, Previdência, Bolsa Família, aluguel, seguro-desemprego e outras fontes.

Assim, as pessoas que pararem de receber o auxílio devem voltar ao mercado de trabalho, o que deve elevar a taxa de desemprego em 2021, a despeito do aumento estimado de 5,5% na população ocupada, após queda de 7,2% neste ano. Em outras palavras, a recuperação da economia - a Tendências estima alta de 2,9% do PIB no próximo ano - vai criar empregos, mas não em número suficiente para ocupar todos as pessoas que voltarem ao mercado.

“Em 2020, considerando a redução no valor do auxílio emergencial e os efeitos negativos da pandemia no mercado de trabalho, a massa total não deve sustentar, até o fim deste ano, o mesmo patamar dos meses anteriores. Já em 2021, a massa deve cair com o fim dos repasses emergenciais, pois, a despeito da expectativa de reestruturação do Bolsa Família em um novo programa social, a gradual retomada das ocupações entre a população economicamente mais vulnerável do país não será suficiente para garantir a manutenção dos rendimentos do ano anterior.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Toda a linha Ray-Ban com até 50%OFF + frete grátis
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

Tênis Caterpillar mais vendido de 2019. Agora com preço reduzido

Tesouro enfrenta cenário desafiador apesar de ambiente externo favorável

Dois leilões de títulos na semana passada teve demanda, totalizando um volume de quase R\$ 40 bilhões

Por **Lucas Hirata** — De São Paulo

09/11/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Ferez, da Renascença: resultado final das emissões semanais segue acima de R\$ 30 bi, mas ponderado entre indexadores — Foto: Celso Doni/Valor

Em seu esforço para financiar o rombo das contas públicas, o Tesouro Nacional contou com um aliado importante nos últimos dias: o ambiente mais favorável a ativos de risco em todo o mundo. Ainda que pontos de preocupação persistam, principalmente, em papéis atrelados à Selic, os dois leilões de títulos públicos na semana passada - o primeiro de NTN-B e o segundo de prefixados - teve firme demanda no mercado, totalizando um volume financeiro de quase R\$ 40 bilhões.

No entanto, analistas alertam que a ajuda do cenário externo tende a ser apenas passageira e que o ambiente local continua envolto de incertezas. Dessa forma, as preocupações sobre os rumos das contas públicas devem voltar, em breve, a pesar no mercado, deixando o efeito das eleições americanas em segundo plano.

Na última terça, o Tesouro vendeu o lote integral de 5 milhões de NTN-Bs para maio de 2023, uma oferta bem maior que a de 3 milhões de papéis na operação anterior. O aumento do lote chegou impactar o mercado de juros futuros, com alta nas taxas. Mas ainda foi considerado bem-sucedido para o Tesouro, tendo em

vista que o volume financeiro da operação chegou a R\$ 19,20 bilhões.

“Com o aumento das emissões de NTN-B (principalmente para 2023), o Tesouro Nacional tem diminuído as colocações nos leilões de quinta-feira. O resultado final das emissões semanais segue acima de R\$ 30 bilhões, só que ponderado entre os indexadores”, afirma Fernando Ferez, estrategista-chefe da Renascença.

A oferta de prefixados e de LFT na última quinta foi menor que a realizada no leilão anterior com os mesmos papéis, o que garantiu o dia de taxas em queda no mercado de juros futuros. No entanto, houve boa arrecadação. Ao todo, o volume financeiro da operação (LTN, NTN-F e LFT) de quinta foi de R\$ 19,60 bilhões.

O Tesouro vendeu quase todo o lote de título - 97% da oferta de LTN e de NTN-F foi absorvida pelo mercado. Entre os pontos positivos, houve maior alocação em títulos com prazos um pouco mais longos - LTN de 2024 e NTN-F de 2027. O que ficou devendo novamente foram as LFTs, atreladas a Selic, que tiveram apenas 59% do lote negociado.

“Essa é uma modalidade que tem sido ponto sensível em nossas projeções e o volume a ser emitido para que se cumpra o mínimo do PAF 2021 está em um limiar muito próximo do inexequível em função da baixa demanda pelos prazos mais longos”, diz Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Na avaliação de Sérgio Machado, gestor do Tropic SF2, o principal erro do Tesouro é insistir na venda de LFT de curto prazo. Para ele, a instituição deveria parar de oferecer o papel e flexibilizar o PAF de modo a evitar perdas em fundos de curto prazo, que têm sofrido com o aumento do deságio. “O mercado mostrou que quer prêmio muito alto para comprar LFT. Ao emitir esses papéis, o Tesouro chancela perda em carteiras mais conservadoras e atinge parceiros tradicionais, como fundos de curto prazo e fundações. Manter LFT é uma bobagem”, diz.

O gestor aponta ainda que a abertura constante do deságio acaba desestimulando novos compradores. “O deságio abre um pouco todos os dias. Não é como em setembro, quando houve um pico de estresse, mas aumenta gradualmente”, diz Machado, ao notar que o deságio na LFT para setembro de 2026 está atualmente em 0,4% ante o pico de 0,7% em setembro.

Apesar da preocupação com a LFT, parte dos analistas acredita que, aos poucos, esse mercado tem se estabilizado, principalmente, quando comparado com a falta de demanda em meses passados. Além disso, a instituição aproveitou o ambiente mais positivo nos últimos dias para colocar quase integralmente o lote de prefixados, mesmo que tenha sido menor que o anterior. “Foi um trade-off. Optou por deixar o mercado mais leve e não contaminou um ambiente positivo”, diz Vinicius Alves, estrategista da Tullet Prebon.

Nos últimos dias, o mercado de juros futuros registrou queda das taxas em vencimentos mais longos, beneficiando-se do movimento global de busca por ativos de risco, à espera do resultado eleitoral nos EUA. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027, por exemplo, saiu de 7,53% para 7,25% em uma semana.

Para Pedro Dreux, sócio e gestor da Occam, o resultado do leilão do Tesouro na quinta foi bastante positivo, com venda quase integral dos papéis. Além disso, a decisão de aumentar a oferta em leilões de NTN-Bs também foi acertada dado que o momento de cautela no Brasil aumenta a demanda pela segurança de papéis atrelados à inflação. Mas, o cenário ainda é delicado para o Tesouro por causa da necessidade de financiar o aumento da dívida.

Ele destaca que o Tesouro tem evitado concentrar ainda mais dívida no vencimento de abril de 2021, mas os prazos ainda estão muito curtos. “Estamos a reboque do cenário internacional, mas isso dura pouco. Os desafios estão colocados e a agenda legislativa está parada. Nada caminha ao mesmo tempo que existe uma quantidade enorme de dívida para ser rolada. Tem o equivalente a mais de 10% do PIB vencendo até fim do primeiro trimestre. O ambiente continua desafiador para o Tesouro.”

A preocupação com o fiscal é compartilhada pelos gestores da Ibiuna. Para eles, o foco está nos riscos de que a perda da âncora fiscal possa afetar expectativas de inflação de maneira mais contundente, o que levaria o BC a ter de remover sua indicação via “forward guidance” de que os juros se manterão estáveis até meados de 2021. Até por isso, eles carregam posições tomadas em juros nominais - que ganham com alta de taxas -, compradas em inflação implícita e também posições de valor relativo nas curvas de juros real e de inflação implícita.

“Seguimos preocupados com a volta da inflação como notícia e com a fragilidade fiscal pós-pandemia, em particular diante das incertezas quanto à compatibilização da potencial extensão do auxílio emergencial/novo programa de renda mínima com a manutenção da responsabilidade fiscal”, alertam os profissionais da casa em carta referente ao outubro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS



24H ECONOMIA

Governo pode manter estímulo, afirma Guedes

CONTAS PÚBLICAS O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira, 6, que a equipe econômica não descarta a manutenção de alguns estímulos econômicos adotados para fazer frente à pandemia do coronavírus. "Tem medo de retirar os auxílios, os subsídios, e os estímulos ao consumo?", perguntou Guedes, em evento virtual organizado pelo Itaú, para ele mesmo responder: "É um desafio, mas faremos todo o esforço para transformar o que é uma onda de consumo transitória em ondas permanentes de investimento. Não descartamos também a manutenção de alguns desses estímulos", disse. E, porém, não detalhou a quais estímulos se referia.

Desde o início da pandemia, o governo

4,33
foi a queda no volume de investimentos no grupo das principais empresas brasileiras este ano por conta da crise

trabalhou com várias medidas para combater os efeitos da covid-19 na economia. O pacote incluiu o auxílio emergencial pago a trabalhadores informais, desempregados e beneficiários do Bolsa Família, um benefício específico para trabalhadores com carteira assinada que tiveram o salário reduzido ou o contrato suspenso, liberação de um saque extra do FGTS, crédito subsidiado, entre outras medidas.

A 2ª onda da covid-19 no mundo faz subir a pressão em uma ala do governo e também no Congresso pela prorrogação das medidas de combate aos efeitos da pandemia. Mas a equipe econômica teme o risco fiscal.

A pandemia do novo coronavírus acelerou a queda da rentabilidade das empresas brasileiras para o menor nível desde 2009. A taxa de retorno chega a ser mais baixa do que o custo de capital,

que representa o preço do dinheiro para a empresa, segundo nota do Centro de Estudos do Mercado de Capitais (Cemec/Fipe), referente ao mês de setembro. Na prática, isso significa que os investimentos podem demorar um pouco mais para voltar, o que tornaria a retomada da economia mais lenta.

Segundo o trabalho, que avaliou a situação financeira de 460 empresas no País, os investimentos das companhias caíram de 4,33% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano passado, para 2,79%, no segundo trimestre de 2020. A queda interrompeu um ciclo de alta iniciado a partir de 2016, quando havia despencado para 2,47%.

Além da taxa de retorno e custo do capital, outros fatores pesam na decisão de investimentos das empresas. Um deles é a elevada capacidade ociosa, que já estava baixa antes da covid-19.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.307	R\$ 5.317
Dólar Turismo	R\$ 5.370	R\$ 5.540
Euro Turismo	R\$ 6.310	R\$ 6.600

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	100.925,11	-0,97%

POUPANÇA

01/11/2020	0,159%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Outubro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,96%	2,22%	3,5%
INPC/IBGE	0,89%	2,95%	4,77%
IGP-M/FGV	3,23%	10,10%	20,93

POUPANÇA TEM PIOR RENDIMENTO DESDE 2015

Finanças Com a inflação acelerando em outubro, a caderneta mais uma vez ficou sem ganho real no mês, acumulando nos últimos 12 meses, descontando o IPCA do período, perdas de 1,40%, de acordo com levantamento da provedora de informações financeiras Economática. O retorno negativo de 1,40% registrado em outubro é o pior resultado para a poupança em 12 meses desde dezembro de 2015, quando o resultado negativo foi de 2,28%.

CANCELAMENTO PODE SER CONTESTADO

AUXÍLIO EMERGENCIAL Os trabalhadores que tiveram o Auxílio Emergencial de R\$ 600 ou R\$ 1.200 cancelado pelo Ministério da Cidadania devido a indícios de irregularidades identificados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) poderão contestar a decisão até o dia 16 de novembro. Quem atender aos critérios de elegibilidade deve entrar no site da Dataprev e pedir a revisão do cancelamento. Todo o processo é exclusivamente digital, ou seja, não há necessidade de comparecimento às agências da Caixa, lotéricas ou postos de atendimento do Cadastro Único. As contestações não se referem ao pagamento do chamado Auxílio Emergencial Extensão, de R\$ 300 ou R\$ 600, que tem outros prazos.

PEDIDOS DE SEGURO-DESEMPREGO CAEM

OUTUBRO Depois de dispararem no primeiro semestre por causa da pandemia do novo coronavírus, os pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores com carteira assinada continuaram a cair no segundo semestre. Em outubro, o total de pedidos recuou 16,9%, em relação ao mesmo mês do ano passado. Desde o início de junho, o indicador está em queda. Em outubro, 460.271 benefícios de seguro-desemprego foram requeridos, contra 553.609 pedidos registrados no mesmo mês de 2019. Ao todo, 60,7% dos benefícios foram pedidos pela internet no mês passado, contra apenas 3,4% em outubro de 2019. O levantamento foi divulgado nesta sexta-feira pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, e considera os atendimentos presenciais e virtuais.

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



ENQUANTO OS VOTOS ERAM CONTADOS NUMA LENTIDÃO ENERVANTE, TRUMP MENTIA, DISPOSTO A IR ATÉ O FIM

Tempo suspenso e a democracia

O tempo parou nos Estados Unidos. O tempo parou no mundo. Por quase dois dias, intermináveis horas, os ponteiros marcando o número de votos dos candidatos ficaram congelados em 253 e 214, enquanto a apuração seguia em câmera lenta em cinco decisivos estados. Foi impossível não ser capturado por esse cipoal de regras: estaduais, de tendências políticas de condados, do debate sobre os votos pelo correio ou presenciais. Toda eleição americana atrai atenção, esta parece ser uma decisão sobre o fim do mundo. A mais consequencial eleição do nosso tempo, como definiu a revista "Economist". O que a tornou dramática aconteceu pelo nome de Donald Trump.

Trump está disposto a ser

até o fim um perigo para a democracia americana. Num discurso patético e criminoso, disse que a eleição está sendo roubada e que vai à Suprema Corte. Ele escalou a guerra jurídica, aumentou o tom das acusações de fraudes, sem qualquer evidência, continuou correndo a credibilidade das instituições junto aos seus eleitores. Quanto mais o candidato democrata Joe Biden foi ampliando suas chances, mais Trump elevava sua reação, dando trabalho ao Twitter de ir retirando seus conteúdos com a explicação de que eles desinformavam sobre a eleição e o processo cívico. Quando alguém poderia imaginar uma rede social tendo que eliminar conteúdo de um presidente dos Estados Unidos por ele estar

atacando o processo cívico de uma eleição?

As principais lideranças republicanas ficaram em silêncio. A má notícia é que não discordaram de Trump, a boa é que não fizeram coro com as suas alegações de fraude. O que é um sinal antecipado do que acontecerá quando ele sair da Casa Branca dentro de 75 dias. O poder que o aparato da presidência americana dá ao titular do salão oval é enorme, mas se esvai instantaneamente. Aos seus ex-ocupantes concede apenas influência e prestígio e na medida dos seus méritos.

O sistema do colégio eleitoral é obviamente disfuncional. As regras, criadas num tempo de representação limitada, teriam a virtude de impedir outsiders, segundo seus defensores.

Desta forma, a democracia americana continuaria no seu movimento pendular entre os dois grandes partidos, blindado contra aventureiros. Ninguém mais pode dizer isso depois de Donald Trump, que despencou de um reality show de má qualidade direto para a Casa Branca. Nos últimos quatro anos atendeu diariamente contra as bases da democracia americana, misturou os interesses e bens públicos com seus negócios privados, quebrou todas as regras de conduta que um chefe de Estado de país democrático deve seguir. Mentiu de maneira tão compulsiva e doentia que sua presidência não pode ser entendida pelos manuais de ciência política, mas sim pelos tratados de medicina ou por códigos penais.

Por isso, as falas de Joe Biden dão uma sensação de alívio. Elas são normais. Ontem, ele disse que o voto é sagrado, que todos precisam ser contados, que através do voto as pessoas expressam sua vontade. "É a vontade dos eleitores, e de ninguém mais, que escolhe o presidente dos Estados Unidos." Biden é desprovido de carisma. Não tem o apelo magnético de um Barack Obama. Mas depois dessa tempestade de disso-

nâncias que tem sido a presidência Trump, seu tom monocórdico soa como uma harmonia.

Enquanto os votos eram contados numa lentidão enervante, o mundo teve que se informar sobre cada particularidade da geografia americana. Omaha, o condado de Nebraska dono de um voto, entrou no mapa da imprensa de vários países. Nevada parecia o centro do mundo na noite de quarta-feira, mas ali o estado decidiu suspender a contagem e ir dormir com os seus seis votos parados no ar. Na quinta de manhã, houve o "dilema do deserto", segundo escreveu o "Financial Times", na explicação sobre os 11 votos do Arizona que entraram e saíram da conta.

No começo da tarde, Geórgia estava em todas as mentes. No fim do dia todas as calculadoras voltaram-se para o ponto inicial da República nascida das 13 colônias: Pensilvânia e seus 20 votos que teriam o poder de encerrar a longa agonia. Nunca a expressão "cada voto conta" fez tanto sentido. Foi assim que o planeta passou as horas paradas desta semana, enquanto se decidia o futuro da democracia.



Sustentabilidade

DO COMEÇO AO RECOMEÇO!



Produzir celulose de altíssima qualidade é o nosso negócio. Aplicar o conceito de sustentabilidade em todas as etapas desse processo produtivo é a maneira como o conduzimos. Nossas florestas plantadas de eucalipto são recursos naturais 100% renováveis. Nosso manejo florestal garante a manutenção do solo, a preservação de matas nativas, dos recursos hídricos e da fauna. Nosso processo produtivo é pautado pela ética, pelas práticas responsáveis de trabalho, pelo monitoramento e redução máxima dos impactos causados. Geramos valor para a sociedade por meio da criação de milhares de empregos e da realização de projetos sociais que promovem desenvolvimento e qualidade de vida às comunidades próximas à empresa. **Somos BRACELL, uma empresa sustentável do começo ao recomeço.**

Acesse o Relatório de Sustentabilidade e confira nossos resultados:
www.bracell.com/relatoriodesustentabilidade



#SOMOSBRACELL



Bracell

O GLOBO

Opinião do GLOBO

É preciso salvar estados prezando pelo rigor fiscal

Projeto que traz alívio diante da moratória iminente não pode incentivar irresponsabilidade

A Câmara decidiu votar na próxima semana um projeto de lei complementar à Constituição para permitir o resgate de estados e municípios à beira da falência. O projeto prevê acesso a novos créditos a partir de janeiro de 2021, com aval da União, condicionado a compromissos de ajuste fiscal durante dez anos.

A medida representaria uma carga adicional de R\$ 16 bilhões para o Estado, inicialmente em garantias do Tesouro Nacional. Como compensação, o Congresso liberaria ao governo federal R\$ 177 bilhões que estão virtualmente congelados em 181 fundos setoriais, sem chance de manejo fácil em virtude de amarras constitucionais.

Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás lideram a lista dos estados que já estavam em situação pré-falimentar antes da pandemia. Devem ser beneficiados de imediato nessa nova rodada de socorro financeiro, que evitará em alguns casos uma moratória com data marcada para 1º de janeiro.

Há urgência na solução negociada para o endividamento federativo, porque a situação se agravou em vários estados e municípios. O auxílio federal neste ano permitiu-lhes a travessia na pandemia, mas o cenário tende a se agravar pelos efeitos prolongados da crise.

Sem novos créditos, dificilmente 17 governadores conseguiriam manter funcionando regularmente os serviços essenciais em saúde, educação e segurança pública durante o primeiro trimestre do ano que vem.

As negociações em andamento com o governo federal, mediadas pelo Congresso, convergem para adoção de um “teto” de gastos para despesas com saúde e educação, que ficariam atreladas à receita corrente líquida. Aumentos salariais ocorreriam somente se, e quando, a receita total crescesse mais que a inflação.

Estados com razoável equilíbrio financeiro, como São Paulo, Espírito Santo e Ceará, seriam premiados com aumento do espaço de manobra em investimentos, menos exigências e buro-

cracia para obter crédito com aval do Tesouro. Seria estipulada, também, uniformidade nos critérios de contabilidade de receitas e despesas, fator relevante porque, em quase metade da Federação, as despesas com pessoal extrapolam limites legais, mas ficam escamoteadas sob as artimanhas contábeis de governos e dos tribunais de contas.

O socorro federal aos governos estaduais deveria ser exceção. No entanto, desde 2014, a permissividade virou regra. Mesmo com o aumento dos empréstimos extraordinários do Tesouro, nenhum dos 27 estados socorridos nos últimos cinco anos avançou no equilíbrio de caixa. Ao contrário, 17 administrações estaduais mantiveram-se em situação de progressiva asfixia financeira no primeiro semestre.

É preciso salvar estados e municípios na emergência, mas já passou da hora de impor rigor à irresponsabilidade fiscal que se repete. Não dá para alguns arcarem com condições rígidas para recuperar suas contas, enquanto outros se sentem livres para gastar, confiantes que obterão alívio na hora do aperto.

